

 <b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>		<b>EMENDA Nº</b>  _____/_____/_____	
<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>		
<b>PEC 0041/2003</b>	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    -----		
<b>COMISSÃO ESPECIAL</b>			
<b>AUTOR</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>UF</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA</b>	<b>PL</b>	<b>RO</b>	<b>1/1</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>			
<p>Acrescente-se alínea ao artigo 155, § 2º, V e ao XII, bem como acrescente-se artigo ao ADCT, conforme redação abaixo:</p> <p>Art. 155 .....</p> <p>§ 2º ...</p> <p>V - ...</p> <p>e) a maior alíquota não será superior ao limite estabelecido em lei complementar. (AC)</p> <p>.....</p> <p>XII - ...</p> <p>m) fixar o percentual máximo da alíquota. (AC)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">ADCT</p> <p>Art.. Até que lei complementar disponha sobre o percentual máximo referido no artigo 155, § 2º, XII, m, as alíquotas do imposto não poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento). (AC)</p> <p style="text-align: center;">Justificativa</p> <p>O ICMS já conta com alíquotas muito elevadas, se levarmos em conta que o cálculo “por dentro” mascara uma alíquota efetiva maior (18% “por dentro” corresponde a 21,95% do preço efetivamente cobrado pelo vendedor) se compararmos com os padrões internacionais.</p> <p>A unificação das alíquotas traz o risco de fixação em padrões muito elevados, pelo que se faz necessário estabelecer um nível máximo.</p>			
<b>Brasília,     de junho de 2003</b>		<b>Deputado MIGUEL DE SOUZA</b>	